



## DIREITO EM PERSPECTIVA

# Como se nada fosse

Ensurreço com o silêncio da bastonária da Ordem dos Advogados, que assiste a tudo isto como se nada se passasse



**Paulo Farinha Alves**

O Estado de direito baseia-se num conjunto de alicerces que temos por adquiridos. São consensuais e indiscutíveis se forem discutidos como princípios gerais. Mas por vezes esquecemo-nos deles quando o calor da discussão impõe conclusões de conveniência ou quando uma espécie de onda gigante opinativa nos parece transportar, com tanta facilidade, para a praia das certezas e das verdades insofismáveis. Os princípios de que agora me recordo são tão estruturantes no tal Estado de direito que se não nos esforçarmos para os manter todo o edifício pode colapsar.

Não estou a pensar no princípio da presunção de inocência – cuja erosão levará a que um dia destes se tenha de iniciar uma séria discussão sobre ele – nem nos segredos de justiça, bancário e de supervisão, que são mais pontapeados por estes dias do que as bolas utilizadas no Mundial do Brasil.

O que mais questiono é ninguém interrogar, por um segundo sequer, a forma como passamos anos (décadas...) a muscular as instituições com poderes interventivos e preventivos com base nas mais variadas justificações (e nalguns casos sem elas) para depois aceitarmos com naturalidade que nos encolham os ombros dizendo que os poderes são afinal insuficientes, que o mundo é complexo, que há muitas jurisdições e a culpa é de quem lhes disse o que não devia.

O que mais questiono é quem controla afinal essas musculadas entidades que reclamam para si cada vez mais poderes, que impõem soluções radicais e violentas que põem em causa direitos constitucionalmente garantidos sem prévias decisões judiciais.

Questiono-me, enquanto cidadão, sobre quem controla o exercício destes poderes (quem guarda afinal o guarda?) e pergunto-me se podemos descansar debaixo dos simulacros judi-

ciais que são as comissões de inquérito parlamentar que terminam sem conclusões, sem consequências e em que invariavelmente se decide uma coisa e o seu contrário.

O que mais questiono é a insuportável pressão sobre os ombros da justiça, numa sociedade cada vez mais habituada às soluções instantâneas e em que todos reclamam, mesmo em violação dos princípios de separação de poderes, para este (e até já para todos os outros assuntos) não apenas decisões mas condenações à minute, em que as garantias (que demoraram décadas a conquistar) são consideradas atropelos à eficácia do sistema e expedientes dilatatórios.

Pergunto-me como se aceita, como se nada fosse, tudo isto de bom grado sem que ninguém queira discutir e repensar todo este sistema que caminha ineficaz e perigosamente para um abismo superior ao que foi encontra-

do na Sibéria.

Ensurreço com o silêncio da bastonária da Ordem dos Advogados, que assiste a tudo isto como se nada se passasse, ocupada que está com o continuado protesto contra o mapa judiciário.

Felizmente tudo passará e, tal como em 2008, toda a gente se convencerá de que as musculadas entidades nas quais serão despejados mais um conjunto de poderes reclamados e necessários serão de novo eficazes. Como a história tão bem nos tem mostrado.

*Sócio da Área de Prática de Contencioso Penal, Contra-Ordenacional e Compliance de PLMJ – Sociedade de Advogados, RL*

**PLMJ**  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL



A Ordem só se tem debruçado sobre o mapa judiciário